



## **RELATÓRIO**

### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL TEMÁTICA**

### **“CLUSTER ALIMENTAR DO CONCELHO”**

Assembleia Municipal de Torres Vedras

Ano 2023

# 1ª Sessão

## 4 de fevereiro de 2023



Por iniciativa da Comissão Permanente de Economia e Demografia decorreu no dia 4 de fevereiro, pelas 15h30, no auditório da CAERO em Torres Vedras, a 1.ª sessão da Assembleia Municipal Temática sobre o “Cluster Alimentar do Concelho”.

Após os cumprimentos iniciais, o presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Correia, proferiu a seguinte intervenção de enquadramento:

“Os Municípios têm, por lei, atribuições, fins, que devem perseguir, tentar concretizar, e fazem-no através dos seus órgãos, que também por lei são dotados de competências para que o consigam, o que nem sempre acontece.

Neste quadro, um dos órgãos municipais é a Assembleia Municipal, que é dotada de poderes deliberativos de matérias de interesse municipal e poderes de fiscalização sobre o executivo municipal.

A maioria dos atos que a Assembleia Municipal realiza são promovidos por propostas da Câmara Municipal, para aprovação, autorização ou apreciação. Outros, são de fiscalização da atividade da Câmara Municipal, com base em informações prestadas ou que solicita ao Executivo Municipal.

Mas as Assembleias Municipais também têm como atribuições, por lei, tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o município. Para o fazer, exige estudo, levando este estudo à produção de propostas, sobre matérias relacionadas com as atribuições do município, sem prejudicar o funcionamento e atividade normal da câmara municipal.

É neste quadro que esta Assembleia Municipal, temática, se realiza.

Esta Assembleia, como é sabido, tem em vista a produção de propostas que todos considerem necessárias para que as atividades económicas do nosso Concelho, associadas à alimentação, se realizem, desenvolvam, ainda em melhores e maiores condições.

Que atividades económicas existem no nosso Concelho e que associamos à alimentação, ao que chamamos de “Cluster Alimentar do Concelho”. Utilizando para as identificar o Código de Classificação das Atividades Económicas (CAE):

- Culturas de produtos hortícolas, raízes, tubérculos, pomóideas e prunóideas; Viticultura e Suinicultura: Todas CAE 1;
- Salga, secagem e outras atividades de transformação de produtos da pesca e aquicultura; Abate de aves e de gado (produção de carne); Moagem de cereais; Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por outros processos; Fabricação de alimentos para animais de criação (exceto para aquicultura): Todas CAE 10;
- Produção de vinhos comuns e licorosos: CAE 11;

- Fabricação de máquinas e de tratores para a agricultura, pecuária e silvicultura: CAE 283;
- Comércio por grosso de flores e plantas; de alimentos para animais; de cereais, sementes, leguminosas, oleaginosas e outras matérias-primas agrícolas; de animais vivos: Todas CAE 462;
- Comércio por grosso de fruta e de produtos hortícolas, exceto batata; de azeite, óleos e gorduras alimentares; de chocolate e de produtos de confeitaria; não especializado de produtos alimentares, bebidas e tabaco; de outros produtos alimentares, n.e.: Todas CAE 463;
- Comércio por grosso de máquinas e equipamentos, agrícolas: CAE 46110;
- Comércio por grosso de produtos químicos: CAE 46750.

O termo escolhido, a alimentação, como objeto e objetivo desta primeira Assembleia Municipal Temática, é uma decisão que se sustenta em pressupostos de tal forma evidentes para a nossa vida comunitária, como Torrienses, que quase não se necessita de os apresentar para sustentar esta decisão. Basta enumerar as atividades económicas já citadas.

É do conhecimento de todos a imensa quantidade de empresas, de trabalhadores, de terrenos, espaços, instalações, etc., que historicamente estão associados à alimentação no nosso Concelho. Por hoje, todas as atividades económicas concelhias que se podem associar no “Cluster Alimentar” representam, pelo menos, um terço do valor total de vendas do nosso concelho.

Não existe mais nenhum conjunto de atividades económicas que possua uma tão grande representação de valor no nosso Concelho.

Em sede da Comissão de Economia e Demografia da Assembleia Municipal, desenvolvemos um trabalho de análise socioeconómica do nosso Concelho, com o apoio prestimoso da Agencia Investir, dos seus técnicos, e o alto patrocínio da Sra. Presidente da Câmara Municipal, para a aquisição de uma base de dados empresariais - que tem como fonte de dados primária e fundamental as IES (Informação Empresarial Simplificada), que todas as empresas anualmente têm de entregar. A Comissão é composta por oito deputados municipais - um de cada uma das sete forças políticas existentes e representadas na nossa Assembleia Municipal - mais por mim, que a presido.

Nesta Comissão Municipal, definimos um conjunto de critérios que consideramos representativos e necessários para se analisar do valor estruturante das atividades económicas concelhias. Assumindo que estruturante é o que possui uma grande durabilidade e que simultaneamente condiciona, influencia, interage, com tudo o que o rodeia.

Neste quadro, definimos quatro critérios: volumes de vendas; valores acrescentados brutos (o VAB); número de trabalhadores e número de empresas. Fomos recolher estes valores em todas as atividades económicas - via CAE's -, por referência às empresas com sede fiscal no nosso Concelho.

Realizámos a recolha destes dados dos últimos 5 anos possíveis: de 2016 a 2020, inclusos. Ou seja, presentemente, possuímos um conjunto de dados com alguma longevidade estatística e representativo de todo o universo económico sediado fiscalmente no Concelho. Conjunto também facilmente atualizável, tendo em conta o nosso acesso à base de dados que o suporta.

Foi com base neste trabalho, realizado pela Comissão Municipal de Economia e Demografia, que selecionámos as empresas que convidámos e que hoje estão aqui presentes, empresas que, como já todos sabem, estão associadas à alimentação, que per si é a maior e mais representativa atividade económica do concelho.

Caros Amigos e representantes das Empresas aqui presentes.

Com sede fiscal no nosso Concelho, existem muitas centenas de empresas que desenvolvem atividades a coberto de um qualquer CAE, incluso nos que definimos como fazendo parte ou constituindo o "cluster alimentar" do nosso Concelho.

Só convidámos 58 empresas, são muito poucas, pouco mais de 10% das existentes no Concelho associadas à atividade de alimentação. Mas são as altamente representativas em termos de volumes de vendas, VAB's e nº de trabalhadores. Ou seja, aqui presentes, estão os representantes das empresas que mais riqueza produzem no nosso Concelho. Antes de mais, o nosso Bem Hajam!

Nesta Assembleia estão, assim, presentes as entidades que mais riqueza produzem no nosso Concelho, que representam a atividade económica mais importante, por estruturante, da vida da nossa Terra, das nossas Gentes.

Também estão presentes os representantes que os Torrienses elegeram para os representar nos órgãos municipais: na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal. No órgão deliberativo e fiscalizador, e no órgão executivo.

Garanto que todos os presentes estão sinceramente empenhados, motivados e interessados, que o Concelho produza progressivamente mais riqueza, para que exista uma cada vez maior e melhor qualidade de vida em Torres Vedras.

Ou seja, estão aqui presentes quase todos os responsáveis para isso mesmo. Faltam o Governo e organismos da administração pública. Mas há um grupo que está completo, o das empresas.

Esperamos que estas venham a apresentar propostas, que consideram que deveriam ser realizadas, concretizadas, para que ainda consigam produzir maior e melhor riqueza.

O que é que consideram que no nosso Concelho se devia fazer para que esta atividade económica ainda seja mais importante, mais estruturante.

É nosso desejo e interesse, que apresentem aos representantes das forças políticas presentes as Vossas propostas. Esta Assembleia existe para isso mesmo. Nas sessões desta Assembleia, não haverá espaço para as forças políticas presentes apresentarem propostas. Todos sabemos que as apresentam e defendem, muito bem, nos espaços e tempos próprios.

Aqui haverá espaço para se debater propostas vindas das empresas, propostas que serão organizadas por temas e/ou áreas de intervenção. E o conjunto de propostas que daqui saíam, serão discutidas e aprovadas, em forma de recomendações, numa Assembleia Municipal. Não serão propostas de uma qualquer força política, mas sim aquelas que no final desta Assembleia Municipal Temática se acordem.

Como vamos fazer isto?

Hoje, nomeadamente na segunda parte desta sessão, vamos sugerir às empresas presentes, pedindo desculpa, desde já, pela ousadia, um modo de produzir propostas e apresentar áreas em que essas propostas possam ou devam incidir.

Daqui a uns tempos, após a produção das propostas, que acompanharemos e apoiaremos, marcaremos uma nova sessão, já com as propostas produzidas devidamente sistematizadas, algo que esperamos conseguir até maio.

Nessa nossa segunda sessão desta Assembleia, todos nós iremos analisar, discutir, e aprovar as propostas que considerarmos. Tornando-as, por assim dizer, num caderno de encargos que todos nós desejamos ver satisfeito.

Esperamos, assim, que na segunda parte desta sessão, num fórum aberto, os representantes das empresas presentes, apresentem as dúvidas sobre esta construção, mas também as Vossas opiniões e sugestões sobre o que estamos a fazer.”

Seguiu-se uma breve intervenção de boas vinda da Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Laura Rodrigues, assim como de cada um dos representantes das forças políticas representadas na Assembleia Municipal de Torres Vedras, pela ordem abaixo indicada:

Chega – Deputado Municipal Carlos Filipe;

CDS – Deputado Municipal Pedro Castelo;

PCP – deputado Municipal Francisco corvelo;

UTV – Deputado Municipal Jorge Santos;

PSD – Deputada Municipal Marta Gerales

PS – Deputado Municipal António Carneiro

Logo à chegada, todos os presentes receberam pastas de apoio com os seguintes dados:

Quadro 1: Valores totais e médios de todas as atividades económicas, entre 2016 e 2020, no nosso País:

Total de todas as actividades económicas - 2016 a 2020												
Acumulado 5 anos 2016 a 2020	Empresas			Volume de negócios das empresas			VAB das Empresas			Empregados		
	Localização	N.º	Média 5 anos	%	€	Média 5 anos	%	€	Média 5 anos	%	N.º	Média 5 anos
Continente	6 060 772	1 212 154	100	1 842 607 495 640	368 521 499 128	100	461 738 621 131	92 347 724 226	100	19 912 676	3 862 535	100
Oeste	227 598	45 520	3,8%	50 292 053 129	10 058 410 626	2,7%	12 042 678 621	2 408 535 724	2,6%	629 223	125 845	3,3%
Torres Vedras	53 672	10 734	0,9%	14 348 361 585	2 869 672 317	0,8%	3 206 603 865	641 320 773	0,7%	150 839	30 168	0,8%

Quadro 2: Valores totais e médios do “Cluster Alimentar”, entre 2016 e 2020, no nosso País:

Totais do cluster Alimentação - 2016 a 2020												
Acumulado 5 anos 2016 a 2020	Empresas (N.º)			Volume de negócios (€) das empresas			VAB (€) das Empresas*			Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas		
	Localização	N.º	Média 5 anos	%	€	Média 5 anos	%	€	Média 5 anos	%	N.º	Média 5 anos
Continente	109 086	21 817	100	205 366 612 076	41 073 322 415	100	32 110 572 214	6 422 114 443	100	978 797	195 759	100
Oeste*	7 667	1 533	7,0%	16 375 275 092	3 275 055 018	8,0%	1 973 182 887	394 636 577	6,1%	89 593	17 919	9,2%
Torres Vedras	1 894	379	1,7%	4 847 411 067	969 482 213	2,4%	654 678 541	130 935 708	2,0%	26 067	5 213	2,7%

\* VAB Oeste de 2019 não está disponível, o que afecta o cálculo da média a 5 anos. Se for calculada a 4 anos, será de EUR 493 295 722, correspondendo a 7,7%

Quadro 3: Valores médios, entre 2016 e 2020, do Concelho de Torres Vedras: Comparação entre “Cluster Alimentar” e todas as atividades económicas concelhias.

TORRES VEDRAS	Média 5 anos			
	2016-2020	Total Concelho	Alimentação	%
Nº Empresas	10 734	379	3,53	
Vol. Negócios	2 869 672 317,00 €	969 482 213,00 €	33,78	
VAB	641 320 773,00 €	130 935 708,00 €	20,42	
Nº Empregados	30 168	5 213	17,28	

No início da 2.<sup>a</sup> parte desta sessão, o presidente da Assembleia Municipal apresentou os dados de cada um destes quadros síntese, proferindo a intervenção que abaixo se transcreve.

“Neste reinício e como já Vos tinha exposto na minha intervenção inicial, vamos sugerir um modo de produzir propostas e apresentar áreas em que essas propostas possam ou devam incidir.

Convidando todos a apresentarem dúvidas e sugestões sobre esta construção, mas também as Vossas opiniões e conselhos sobre o que estamos a fazer.

Como motivação, e até fundamentação, para a produção das propostas, apresento alguns dados bem exemplificativos da importância do “Cluster Alimentar” no contexto socioeconómico no nosso Concelho, comparando-o com valores da região oeste e do continente.

Vejamos:

Quadro 1: Valores totais e médios de todas as atividades económicas, entre 2016 e 2020, no nosso País:

Torres Vedras, nos diferentes critérios que definimos (VV, VAB, NT e NE), representa quase 1% do total do Continente.

Não esquecer que existem 278 Concelhos no Continente.

Como tal, a nossa representação económica é bem acima da média aritmética que poderia ser encontrada;

Quadro 2: Valores totais e médios do “Cluster Alimentar”, entre 2016 e 2020, no nosso País:

Aqui temos a realçar a mais significativa importância do “Cluster Alimentar de Torres Vedras” na região Oeste, nomeadamente em relação ao total do Continente nesta atividade económica; O nosso concelho vale cerca de 30% de todo o Oeste.

Quadro 3: Valores médios, entre 2016 e 2020, do Concelho de Torres Vedras: Comparação entre “Cluster Alimentar” e todas as atividades económicas concelhias.

Não há nenhum conjunto de atividades económicas no nosso Concelho com os valores que o “Cluster Alimentar” apresenta. É de longe a nossa maior atividade económica.

Como tal, diferencia-nos, é onde somos mais competitivos e atrativos. E é a maior fonte de riqueza do nosso Concelho.

É o “Cluster” onde devemos mais investir, por isso mesmo, por esta singularidade, conseguida, conquistada, ao longo de tantos anos e de tantos investimentos.

Todos sabemos que não somos competitivos, competindo, fazendo, se formos mais um no meio de muitos. Só somos competitivos pela diferença, pela singularidade.

Como tal, é neste “Cluster” que devemos continuar a apostar, tanto em termos de políticas públicas como privadas. Pois é onde somos competitivos.

Também nunca nos podemos esquecer, que os recursos, sejam quais forem, são sempre limitados. Isto exige que os coloquemos onde sabemos que podemos ser mais competitivos e geradores de riqueza.

Neste sentido, com base nestas informações e noutras quaisquer que considerem, esperamos que as empresas presentes, como já o referi, venham a apresentar propostas que consideram que deveriam ser realizadas, concretizadas, para que ainda consigam produzir maior e melhor riqueza.

Ou seja, o que é que consideram que no nosso Concelho se devia fazer para que esta atividade económica ainda seja mais importante, estruturante.

Sugerimos que o modelo de construção das propostas seja o de responder a um conjunto de questões didáticas:

- O quê? (descrição do que se deseja ver feito);
- Porquê? (o que se pretende conseguir com o que se deseja ver feito);
- Quem? (que entidades e pessoas devem ser envolvidas e/ou convidadas a realizar o que se deseja ver feito, incluindo o que os próprios se consideram responsáveis);
- Como? (explicitar modos e tempos, mais recursos, que consideram necessários e possíveis, para se realizar o que se deseja ver feito);
- Até onde? (como deve, que critérios, pode ser avaliada a concretização do proposto).

As propostas podem dirigir-se a uma ou várias áreas, como o considerarem. Por exemplo:

- Como cativar Pessoas, nacionais e de outros países, para virem trabalhar no nosso Concelho;
- Habitação: para quem? Como?;
- Tratamento de Resíduos: Quais? Onde?;
- Acessibilidades: De que tipo?;
- Solos e sua utilização e/ou intervenção;
- Água: De onde?;
- Licenciamentos/Autorizações/etc... ;
- Sobre o quê?

Sobre o que considerem que deve ser melhorado, alterado, etc., porque se o for, num determinado sentido ou forma, melhor farão e ainda mais se comprometerão a apoiar e a fazer.

Depois de terminada a sessão de hoje, vamos aguardar os Vossos contactos, as Vossas propostas, estaremos sempre disponíveis a ajudar, a apoiar na produção.

Quando recebermos todas as propostas, iremos sistematiza-las por temas e/ou áreas de intervenção.

Logo que este trabalho estiver terminado e enviado para todos, marcaremos uma nova reunião, a nossa segunda sessão desta Assembleia (esperamos consegui-lo até maio), para se apresentarem todas as propostas produzidas, as analisarmos conjuntamente e aprovarmos as que vos mereceram isso mesmo. Tornando-as no tal caderno de encargos que todos nós desejamos ver satisfeito.”

O período de debate foi iniciado por **Jorge Soares**, administrador da Campotec, que abordou a problemática da água e da importância da boa gestão deste recurso cada vez mais escasso, devido às alterações climáticas. Sugeriu a adoção de medidas para fazer chegar água aos campos, de modo a assegurar a produção de alimentos.

Explicou que os pomares de pêra se estão a deslocar para norte porque as explorações estão a deixar de ser viáveis nesta região e deu o exemplo da sua empresa que apesar de ter estruturas de processamento e comercialização no concelho, tem já 80% da sua produção fora.

Seguiu-se **Paulo Maria**, Sócio-gerente da empresa HortoMaria, que referiu a urgência na adoção de medidas que salvaguardem o alojamento dos trabalhadores estrangeiros das explorações hortícolas visto que, por exemplo, as explorações em estufas, dependem quase cem por cento desse tipo de mão de obra.

Para solucionar este problema sugeriu a criação de habitações temporárias nas explorações, considerando-as como apoios agrícolas.

Outra preocupação são os licenciamentos, porque estufas deixaram de ser consideradas abrigos e passaram a ser consideradas armazéns, obrigando a processos de licenciamento semelhantes aos das habitações obedecendo, por exemplo, à lei dos fogos que impede que uma estufa seja feita numa zona agroflorestal.

Neste sentido apelou ao cuidado com o licenciamento das estufas e propôs uma isenção porque o terreno de uma estufa continua rústico, ao contrário do que acontece num armazém ou numa casa.

Quis partilhar esta questão, porque quase que impede a construção de uma estufa, que obviamente que não vão fazer numa zona urbana, mas numa zona agroflorestal, sendo um problema que era importante que fosse resolvido.

Abordou ainda o tema dos resíduos, e propôs que fossem criados no concelho centros de recolha de massas verdes, que depois fossem entregues às empresas de resíduos orgânicos existentes.

Relativamente à água, disse que “o princípio é guardá-la e depois utilizá-la” e as soluções a adotar devem passar por aí, ou seja, tornar obrigatório que as explorações tenham aproveitamento das águas da chuva.

**Telmo Rodrigues**, sócio-gerente da Hortipor-Export, reviu-se nas intervenções sobre a problemática da água e também considera que a habitação dos imigrantes é uma das principais questões da atualidade porque neste concelho com 80 mil habitantes existem cerca de cinco ou seis mil imigrantes que trabalham na agricultura, muitos deles sem condições.

Propôs a adoção de medidas semelhantes às adotadas no concelho de Odemira, nomeadamente com a aprovação de alojamentos dos trabalhadores agrícolas, as IATAS (instalações de alojamento temporário e amovíveis).

Relativamente aos licenciamentos sublinhou que, apesar das sapatas em cimentos, as estufas são amovíveis, quer sejam de plástico ou de vidro, e é preciso defini-las com clareza, tendo em conta o que são atualmente e o que se prevê que sejam nas próximas décadas, por exemplo o com aumento de altura, luz artificial e aquecimento e apelou à celeridade no tratamento dos processos.

**Cristina Abreu**, sócia-gerente da empresa, Cristina Abreu Unipessoal, comercialmente conhecida como Companhia do Carmo, também se vê obrigada a recorrer a mão de obra estrangeira e verifica que há muita dificuldade por parte destas pessoas de acederem às entidades necessárias para resolverem os seus problemas. Além da quantidade de documentos que lhes são exigidos, deu o exemplo de um colaborador seu que teve de ir ao SEF de Portimão, numa época em que se fala de desburocratização e desmaterialização.

Falou também da questão da creche e da importância de garantir vagas para os filhos destes trabalhadores.

**Dina Almeida**, representantes das Rações Acral, apelou ao desenvolvimento da Agência Investir, fortalecendo as suas equipas e melhorando a sua intervenção, nomeadamente na apresentação e explicação das linhas de apoio disponíveis e do apoio aos empresários na elaboração de projetos, como a ACIRO faz para outras áreas de negócio.

O último empresário a intervir foi **José Elias**, administrador da Azeol, que lamentou todos os problemas levantados sejam sinónimo da burocracia do país

Antes de terminar a sessão, a presidente da Câmara, **Laura Rodrigues**, disse que algumas das situações levantadas dependem do compromisso das empresas e da Câmara Municipal, mas outras dependem da tutela, porque são questões de legislação nacional, pelo que estes fóruns são essenciais para identificar os problemas e levá-los a quem de direito de uma forma forte e estruturada.

Quanto à água disse que todos, incluindo as próprias empresas, devem adotar medidas para preservar e utilizar de forma eficiente esse recurso cada vez mais escasso.

Referiu ainda a necessidade de obtenção de um compromisso por parte das empresas para o tratamento de águas residuais e informou que, no concelho, há dois projetos de regadio do Alcabrichel e do Sizandro que estão prontos e já estão incluídos no Plano Nacional de Regadio, mas aguardam a abertura de candidaturas por parte do Ministério da Agricultura para poderem ser candidatados e postos em prática.

Para a presidente da Câmara “a questão da mão de obra é a preocupação das preocupações” e a autarquia já fez uma proposta ao governo para a adoção de medidas excecionais e transitórias, que permitisse habitações aligeiradas, durante 10 anos, nas explorações agrícolas ou em locais agroflorestais, onde o PDM não permite construir e aguarda resposta do Ministério da Agricultura.

Concordou que a construção de estufas não se assemelha à construção de uma casa, mas só com a revisão do PDM, que aguarda parecer da CCDR e outras entidades, se conseguirão resolver algumas destas questões.

No que respeita à Agência Investir, concordou que faz sentido uma maior abrangência de serviços.

# 2ª Sessão

## 20 de maio de 2023



Dando continuidade aos trabalhos da Assembleia Municipal Temática sobre o “Cluster Alimentar do Concelho”, realizou-se uma 2ª sessão no dia 20 de maio, pelas 15h30, no auditório da CAERO em Torres Vedras.

A abertura da sessão ficou a cargo do presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Correia, que após os cumprimentos iniciais proferiu a seguinte intervenção:

“Como a lei indica, as Assembleias Municipais também têm como atribuição tomar posição, perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas e privadas, sobre assuntos de interesse para o município.

Estudando-os, envolvendo diferentes parceiros, promovendo debate, tudo na direção da produção de propostas, sobre matérias relacionadas com as atribuições do município, sem prejudicar o funcionamento e atividade normal da câmara municipal.

É neste quadro que estas sessões da Assembleia Municipal, temática sobre o “Cluster Alimentar do Concelho”, se realizam.

Realizámos uma primeira sessão em 4 de fevereiro passado, e nessa acordámos que em maio deveríamos analisar, apreciar e aprovar propostas a produzir de seguida a essa primeira sessão.

Propostas a serem produzidas pelas empresas deste cluster e participantes nestas sessões.

Como tal, disciplinadamente, cá estamos para o fazer!

Desde já, o nosso, e o meu em particular, agradecimento pelos contributos, pelas propostas que várias empresas, os seus dirigentes, apresentaram e discutiram connosco.

Era exatamente isso que se procurava e desejava.

O meu, o nosso, muito obrigado!

Esperamos todos, que esta nossa Assembleia de hoje, aprove propostas que todos considerem necessárias para que as atividades económicas do nosso Concelho, associadas à alimentação, se realizem, desenvolvam, ainda em melhores e maiores condições.

Nesta Assembleia estão presentes as entidades que mais riqueza produzem no nosso Concelho, que representam a atividade económica mais importante, por estruturante, da vida da nossa Terra, das nossas Gentes. As empresas deste Cluster.

Também estão presentes os representantes que os Torrienses elegeram para os representar nos órgãos municipais: na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal. No órgão deliberativo e fiscalizador, e no órgão executivo.

Todos os presentes estão sinceramente empenhados, motivados e interessados, que o Concelho produza progressivamente mais riqueza, para que exista uma cada vez maior e melhor qualidade de vida em Torres Vedras.

Ou seja, estão aqui presentes os responsáveis concelhios para isso mesmo. Todos, como sabem, devem participar, intervir e votar nas propostas produzidas e que são do Vosso conhecimento.

Propostas que não são de um qualquer grupo político municipal, mas que foram apresentadas por empresas.

Hoje estamos num espaço de livre para intervenção de qualquer um. Espaço para se debater e aprovar propostas vindas das empresas, propostas que estão organizadas por temas e áreas de intervenção.

Como também é sabido, as propostas que daqui saíam serão presentes, em forma de recomendações, numa Assembleia Municipal.

Aí aprovadas, serão remetidas aos organismos que se considerem necessários, especialmente ao nosso Executivo Municipal, como é claro e imprescindível.

Como vamos fazer isto?

Primeiro, apresentarei, de forma breve e sintética, cada proposta;

De seguida, darei a palavra a quem a solicitar, num máximo de 5 minutos. Cada um fará a defesa ou não da proposta em causa, do modo que melhor entender e conseguir.

Após as intervenções solicitadas, passarei à votação da proposta em causa, qualquer um dos presentes tem direito a voto, de braço no ar, até porque não estamos a votar pessoas.

As propostas serão votadas com ou sem alterações sugeridas nas intervenções, estas putativas alterações serão registadas pelo Secretariado de Apoio da AM, a Marília e Vania.

Entre esta sequência, faremos um pequeno intervalo.

Agradeço, desde já, a Vossa disciplina participativa e, novamente, a Vossa presença. Por último, lamento a falta de vários representantes de empresas, alguns foram mesmo promotores de propostas que vamos apreciar, pelo facto de nesta data estar a decorrer uma feira sobre alimentação, em S. Paulo, Brasil, espaço geográfico deveras importante para muitas das empresas do nosso Concelho. Por isso a sua falta, justificada, mas que, naturalmente, se lamenta. Também só o soubemos há muito pouco tempo, o que nos retirou possibilidades de adiamentos. É a VIDA!

Vamos, então, dar início à apreciação e votação das propostas.”

O presidente da Assembleia Municipal, apresentou sequencialmente, os pontos chave de cada uma das propostas apresentadas para apreciação nesta sessão.

PROPOSTA 1 - Acessos a Santa Cruz
-----------------------------------

O quê?	Construção de uma via - rápida - que melhore os acessos a Santa Cruz e a toda a Freguesia da Silveira
Porquê?	Melhores e mais rápidos acessos irão promover Turismo e facilitar a atividade de muitas das Empresas do Cluster Alimentar do Concelho, como tal, esta via não deve terminar antes de Santa Cruz
Quem?	Câmara Municipal e Infraestruturas de Portugal (Fundos Públicos)
Como?	Financiamento público que terá retorno, rápido, por via de maior receita fiscal devido a atividade económica local
Avaliação:	Em 5 anos, após concretização das obras, o valor de vendas - Cluster Alimentar e Turismo - deve duplicar

A 1.ª proposta, designada “**Acessos a Santa Cruz**” teve como proponentes o grupo Riberalves, na pessoa de **João António** e o Grupo Patrocínio Duarte, na pessoa de **Andreia Duarte**.

Em defesa desta proposta Andreia Duarte disse que a questão dos melhores acessos não se resume apenas ao mau piso, mas também à largura das estradas.

Após intervenções dos deputados municipais Jorge Santos, Marta Geraldês, Pedro Castelo e dos presidentes de Junta Pedro Vaza e Luís Pedro Silva percebeu-se que a proposta é consensual e identificou-se a necessidade de dar continuidade à via que irá nascer entre A8 à Zona industrial das Palhagueiras, até Santa Cruz.

A presidente da Câmara Municipal informou que a via A8-Palhagueiras, num percurso de 6 Km, terá um custo de 11 milhões de euros e vai a concurso público no próximo ano e que seguidamente a autarquia vai avançar com a elaboração do projeto da 2.ª parte do troço, de modo a tê-lo pronto assim que aparecer um novo pacote de financiamento que permita a sua candidatura.

Esta proposta, foi submetida a votação e aprovada por unanimidade.

PROPOSTA 2 - Potenciar a Agência Investir	
O quê?	Promover o desenvolvimento da Agência Investir no sentido de esta realizar a divulgação, sistematização e ajuda ao acesso das Empresas do Cluster Alimentar aos instrumentos de apoio comunitários, nacionais e outros
Porquê?	A maioria das Empresas do Cluster Alimentar não possuem competências próprias (muitas por dimensão) para estarem atentas e operacionalmente capazes para obterem apoios a si dirigidos.
Quem?	A Agência Investir também pode protocolar com diferentes Entidades (Publicas e Privadas) no sentido de implementar diferentes canais de informação e trabalho com as Empresas; A Agência pode cobrar "fees", de base e de sucesso, e/ou por mediação com terceiros prestadores de serviços.
Como?	A Agência Investir lidera, criando uma rede de apoio técnico e comercial
Avaliação:	Comunicar regularmente com a maioria das Empresas do Cluster Alimentar do Concelho

A 2.ª proposta, designada “**Potenciar a Agência Investir**”, teve como proponente as Rações ACRAL, na pessoa de **Dina Sousa Almeida**.

A responsável da Agência Investir, Raquel Luz, explicou que a Agência Investir faz aconselhamento e divulgação de informação, mas não pode vender serviços porque está inserida na orgânica da Câmara Municipal e não se pode substituir aos agentes privados.

Tendo em conta esta proibição legal de concorrência, disse que haverá falta de oferta privada deste tipo de serviços.

Duarte Pacheco apelou à proatividade da Agência, sugerindo mais contacto com os operadores.

João Esteveira, presidente da direção da ACIRO, disse que a associação proporciona esta oferta de serviços para o setor do comércio e que poderá fazer sentido alargar essa oferta a outros setores de atividade.

A Presidente da Câmara Municipal excluiu a hipótese de criação de uma empresa municipal e propôs que se alterasse a proposta base, afastando a hipótese de cobrança de “fees”. Em alternativa propôs a densificação a atuação da Agência Investir, melhorando os fluxos de comunicação existentes e criando novos, de modo a maximizar a divulgação dos Fundos Europeus, entre outras oportunidades.

PROPOSTA 2 - Densificação da Agência Investir
Sem serviços pagos

Esta alteração foi tida como parte integrante da **proposta 2**, que foi colocada à votação, e foi **aprovada por maioria**, com abstenção de João Esteveira, presidente da direção da ACIRO.

PROPOSTA 3 - Feira/Mostra de Vinhos	
O quê?	Feira/Mostra de Vinhos de Lisboa, Oeste, Torres Vedras
Porquê?	Utilizar a Marca de Vinhos de Lisboa, para dar a conhecer os Vinhos da Região Oeste, nomeadamente os do Concelho, associando este evento a atos de promoção do Enoturismo Torriense e Oestino
Quem?	Câmara Municipal/Promotorres, AICEP e Turismo de Portugal mais as

	Associações Empresariais e Profissionais do Sector
Como?	A Promotorres lidera, protocolando com todas as entidades necessárias/interessadas
Avaliação:	1ª Edição em 2024, de realização bienal

A 3.ª proposta, designada “**Feira/Mostra de Vinhos**”, teve como proponente o Deputado Municipal **António Carneiro**.

Esta proposta está relacionada com a forte produção vitivinícola do concelho de Torres Vedras e Marta Geraldês propôs que esta Feira/Mostra pudesse ser incluída em futuras edições do **Fórum Reserva**. Elogiou a iniciativa que decorreu, nestes dias, do espaço do antigo IVV e considerou que há muito para crescer.

David Lopes, presidente de Junta de Santa Maria, São Pedro e Matacães concordou com a integração e disse que poderia ser uma iniciativa **anual**.

Pedro Castelo manifestou a sua concordância tanto com a proposta base como com a inclusão destas sugestões.

Rui Estrela considerou que o evento pudesse ser internacionalizado e disse ser portador de outras propostas relacionadas com o vinho, nomeadamente a criação de rotas de enoturismo e a criação de um Museu do Vinho e da Vinha.

Sara Canas, representante do INIAV, manifestou o **interesse do instituto em colaborar** e sugeriu a inclusão de workshops de Castas Regionais e visitas à vinha experimental existente em Dois Portos.

PROPOSTA 3 - Feira/Mostra de Vinhos
Integrada no Fórum Reserva,
Realização anual
Com o Apoio do INIAV - Pólo de Dois Portos

As alterações constantes do quadro acima foram tidas como parte integrante da **proposta 3** que foi votada e **aprovada por unanimidade**.

Depois de um pequeno intervalo, a 2.ª parte desta sessão e antes de avançar para a apresentação das restantes quatro propostas, o Presidente da Assembleia Municipal explicou que há uma proposta inclusa e transversal a todas ela que é a criação de um “**Think-Tank**” que envolva a Câmara Municipal, representantes das Empresas,

organismos do Estado (Central e Regional), Associações de Desenvolvimento, Empresariais, Profissionais e Sindicais e Entidades Financeiras, públicas e privadas. Por sugestão de Telmo Rodrigues, da Hortipor, este grupo deve incluir agricultores e Marta Geraldês, deputada municipal sugeriu que tivesse também representantes da Comissão Permanente de Economia e Demografia.

PROPOSTA 4 - Gestão da Água	
O quê?	Gestão da Água; Criação de Comunidades de Regantes (dependentes de parcerias Público-privadas), com base em Águas Pluviais e de Rios, mas sem Represas, com Cisternas/Reservatórios, implementando sistemas inteligentes de rega
Porquê?	Permitir o bom uso dos recursos hídricos, de forma naturalmente equilibrada, eficiente, económica e eficaz, e simultaneamente equitativa por todos os produtores.
Quem?	Think-Tank a criar
Como?	A Agência Investir lidera/coordena o Think-Tank, até ao momento da constituição das parcerias e/ou consequente criação das Comunidades de Regantes
Avaliação:	Até junho de 2025, devem ser estabelecidos memorandos de entendimento, entre entidades constituintes das parcerias público-privadas, consideradas necessárias para a criação de Comunidades de Regantes

A 4.ª proposta, sobre “Gestão da água” foi apresentada pelo **Grupo Patrocínio Duarte**, na pessoa de Andreia Duarte e pela **Hortipor**, na pessoa de Telmo Rodrigues.

Paulo Maria, da empresa HortoMaria, acredita que é fundamental guardar a água da chuva para depois a reutilizar e foi por isso que fez investimentos para que 2 das suas explorações sejam agora autossuficientes em recursos hídricos.

A deputada municipal Ana Teresa Carvalho disse que devem ser adotadas tantas boas práticas ambientais quanto as possíveis e referiu a importância de autarquia ter projetos de tratamento terciário de águas das ETAR e de dessalinização, para avançarem em caso da abertura de apoios.

O presidente de Junta da Freira, Pedro Bernardes e o deputado municipal, Francisco Corvelo, concordam com a premissa de que é necessário evitar a perda da água da chuva.

Já António Espírito Santo, presidente da junta do Ramalhal, aludiu à dificuldade de manter o caudal de segurança do rio Alcabrichel, devido ao excesso de represas nas diversas explorações agrícolas.

Sobre esta questão Telmo Rodrigues apelou à regulamentação de perímetros de rega e disse que as represas, quando necessárias, devem ser pensadas de baixo para cima, ou sejam da foz para a nascente do rio e nunca o contrário.

António Bastos, deputado municipal, considera que a distribuição da água deve ser repensada até na construção de edifícios porque, apesar dos atuais custos ainda não espelharem esta realidade, a água é cada vez mais escassa enquanto que a eletricidade já se consegue produzir por meios renováveis.

A presidente da Câmara considerou o tema da água um dos assuntos do momento e concordando com o deputado municipal António Bastos lamentou que pedidos de sistemas de reutilização de águas dos sanitários das escolas, por exemplo, tenham de ser retirados dos projetos devido ao elevadíssimo custo associado à sua montagem.

Referiu a existência de 2 comunidade de regantes no concelho de Torres Vedras e recordou a existência de 2 projetos, integrados no Plano Nacional de Regadio e protos para avançar aquando da abertura de financiamento,

Finalmente propôs a utilização da Feira de São Pedro como fórum de discussão sobre a utilização da água na agricultura.

Posto isto, a proposta 4 “Gestão da Água” foi colocada à votação e aprovada por unanimidade.

PROPOSTA 5 - Parques de Estufas	
O quê?	Estes parques, à semelhança dos industriais, devem ser criados com base

	em decisões sustentadas nos instrumentos de ordenamento e gestão do território, geridos por entidades dependentes de parcerias público-privadas a constituir
Porquê?	Potenciar e maximizar as competências existentes, permitindo acessos mais fáceis a espaços/terrenos, infraestruturados, que satisfazem todos os vetores exigíveis para que as atividades se processem de acordo com o desejado, esperado e regulamentado
Quem?	Think-Tank a criar
Como?	A Agência Investir lidera/coordena o Think-Tank, até ao momento da constituição das parcerias e/ou consequente criação das entidades de gestão do(s) parque(s)
Avaliação:	Até junho de 2025 deverão ser, pelo menos, definidas áreas alvo e condições a satisfazer para a criação de Parques

A proposta 5, designada “**Parques de Estufas**” foi apresentada por Telmo Rodrigues, da empresa Hortipor que deu nota dos constantes avanços tecnológicos da agricultura e a dificuldade de adaptar as explorações a pequenas parcelas de terreno.

Paulo Maria, da HortoMaria, considerou que, caso fosse viável, uma solução deste gênero resolveria muitos problemas porque permitiria a concentração de recursos.

O presidente da Assembleia alertou para a falta de espaço no concelho de Torres Vedras para adotar soluções destes gênero, com a distância desejável de 2 a 3 Km da costa, mas anuiu que os avanços tecnológicos da agricultura são muitos e a elevado ritmos, podendo estar para breve a adoção de soluções em altura.

A presidente da Câmara Municipal sublinhou as palavras do presidente da Assembleia e disse que atualmente uma única exploração chega a ter 17 hectares de terreno e que não há área disponível para criar uma solução deste género.

Telmo Rodrigues voltou a referir-se à tecnologia para defender que tendencialmente as explorações se conseguirão deslocar um pouco mais para o interior do concelho.

Tendo em conta as **questões de princípio** e com a possibilidade de recursos tecnológicos que venha a surgir num futuro próximo, a **proposta 5** foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**.

PROPOSTA 6 - Licenciamento de Estufas	
O quê?	Rever legislação, normas e/ou regulamentos sobre Licenciamento de Estufas
Porquê?	O custo em tempo para se obter o Licenciamento é não só demorado, como o processo e condições solicitadas estão desajustadas das tecnologias que já são implementadas, a par de colocarem em risco o financiamento destes equipamentos, que são elevados. Os valores das taxas, nomeadamente camarárias, são muito elevadas
Quem?	Think-Tank a criar
Como?	A Agência Investir lidera/coordena o Think-Tank, e ficará responsável pelo apoio técnico aos Produtores nos processos de Licenciamento das Estufas, cobrando fees pelo mesmo.
Avaliação:	Até junho de 2025 deverão ser, pelo menos, aprovadas normas e/ou regulamentos da competência do Município

A 6.<sup>a</sup> proposta, “**Licenciamento de Estufas**” teve como proponentes a empresa HortoMaria, na pessoa de Paulo Maria e a empresa Hortipor, através de Telmo Rodrigues.

Paulo Maria, da empresa HortoMaria partilhou a dificuldade que os proprietários de explorações agrícolas têm sentido para apresentar projetos a candidaturas devido ao licenciamento das estufas. Considerou que o licenciamento de estufas é atualmente quase tão exigente como a de uma habitação e alertou para a incompatibilidade de uma estufa com a Lei dos Fogos.

O deputado municipal Pedro Castelo sugeriu que se baixem as taxas cobradas por este tipo de licenciamentos.

A Presidente da Câmara informou que há um grupo de trabalho constituído para proceder à revisão do regulamento de taxas e licenças e a questão das estufas não será esquecida.

Relativamente às zonas para construção de estufas, a questão é mais complicada e está dependente da revisão do PDM, cuja proposta está em fase de análise pelas várias entidades que precisam de dar parecer favorável.

Marta Geraldês sugeriu que alteração das taxas seja efetivada antes da data prevista na avaliação desta proposta e a presidente disse que espera que o regulamento esteja revisto no próximo ano.

O presidente da Assembleia recordou que deveria ser retirada da proposta a referência à cobrança de “fees” pela Agência Investir que como foi anteriormente explicado, não tem autonomia.

PROPOSTA 6 - Licenciamento de Estufas
Sem cobranças de serviços pela Agência Investir

Posto isto, a **proposta 6** foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**.

PROPOSTA 7 - Habitação para Trabalhadores Agrícolas (Imigrantes)	
O quê?	Rever legislação, normas e/ou regulamentos sobre construção de habitações, temporárias nas explorações agrícolas e permanentes fora destas
Porquê?	A esmagadora maioria dos trabalhadores das "Estufas" são imigrantes; Tem de se proporcionar

	condições de habitabilidade que satisfaçam diferentes critérios; Habitações temporárias (sazonais) da responsabilidade das Empresas, as Permanentes, promovidas por parcerias Público-privadas
Quem? Como?	Think-Tank a criar A Agência Investir lidera/coordena o Think-Tank, e ficará responsável pelo apoio técnico aos Produtores nos processos de Licenciamento das Habitações, cobrando fees pelo mesmo.
Avaliação:	Até junho de 2025 deverão ser, pelo menos, aprovadas normas e/ou regulamentos da competência do Município e erradicar a intervenção de redes "mafiosas" junto dos trabalhadores imigrantes

A proposta 7, designada “**Habitação para Trabalhadores Agrícolas**” teve como proponentes a empresa HortoMaria, através de Paulo Maria e a empresa Hortipor, na pessoa de Telmo Rodrigues.

Este último proponente disse que apesar de toda a tecnologia, continua a haver muito trabalho manual nas explorações agrícolas, num rácio de 3 pessoas por hectare e Paulo Maria, da HortoMaria, disse mesmo que na sua exploração todos os trabalhadores são estrangeiros e têm de dar condições dignas a estas pessoas.

Além das condições de vida, foi também referida a pegada ecológica das várias carrinhas que transportam diariamente estas pessoas de e para as explorações onde trabalham.

A sugestão dos proponentes passa por licenciar, dentro das explorações, habitação para os funcionários com recurso à figura legal do apoio agrícola, tal como já acontece para refeitórios e sanitários.

O deputado António Bastos acredita que o que demonstra a evolução de uma sociedade é a forma como esta recebe os imigrantes, mas tem dúvidas quanto à parte legal de toda esta questão, nomeadamente quanto aos moldes e duração destes licenciamentos. Sugeriu que pudessem ser cobradas cauções aquando da emissão das licenças precárias para garantir que não serão situações definitivas.

Telmo Rodrigues, da Hortipor, disse que na sua exploração em Odemira tem 200 camas licenciadas com recurso às IATAS aprovadas pelo Conselho de Ministro e que estas têm validade de 5 anos e são prorrogáveis por mais 5.

Artur Narciso, deputado municipal, considerou importante haver uma intervenção em rede que possa integrar estas famílias que, além de casa, precisam de transporte para ir às compras e escolas para os filhos.

O presidente de Junta de Campelos e Outeiro da Cabeça, José Damas Antunes e o deputado municipal Ilídio Santos, consideram que este é um problema emergente, mas de resolução difícil.

A **proposta 7** foi colocada à votação e foi aprovada por **unanimidade**.

Em complemento das propostas apresentadas, Telmo Rodrigues avançou oralmente com mais uma, que poderia ter feito parte do pacote de propostas anteriormente apreciado que seria a criação de um centro de compostagem para a deposição de restos de cultivo.

Antes do final desta sessão, Luís Carlos Lopes usou da palavra para recordar que, segundo os dados disponibilizados na 1.ª sessão desta Assembleia Temática, este setor representa mil milhões de euros, ou seja, 33% da riqueza do concelho e não pode ser esquecido.

Na sua última intervenção a presidente da Câmara, Laura Rodrigues, garantiu que já a fazer os possíveis para que a Tutela aprove IATAS também para o nosso conselho e já falou diretamente com a Sr. Ministra sobre o assunto, mostrando o interesse da autarquia.

Mais garantiu que os problemas levantados neste fórum pelos empresários, coincidem com os problemas que preocupam o poder político local, o que significa que de ambas as partes há um bom conhecimento da realidade que os rodeia e vontade em os resolver.

O presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Correia, encerrou a sessão agradecendo a presença de todos e recordou que as propostas apresentadas serão agendadas para uma sessão da Assembleia Municipal, sob a forma de Recomendações.